Correio da AESE
DOCUMENTAÇÃO
18.nov.2020
N.766
AESE BUSINESS SCHOOL
www.aese.pt

Índice

Biden: defensor da classe média 1
Trump: opositor da esquerda woke 3

Biden: defensor da classe média

Na campanha para as eleições presidenciais dos Estados Unidos, realizadas a 3 de novembro último, o democrata Joe Biden falou de "restaurar a alma da América" e de "reconstruir melhor".

Na visão de Joe Biden para os Estados Unidos tem muita influência a situação atual de pandemia e crise económica, que o seu partido quer combater com uma política decididamente intervencionista. O modelo a seguir é o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt, o plano de reconstrução nacional que se seguiu à Grande Depressão. A ideia é que uma crise profunda exige que seja dada uma resposta generosa… e um forte Estado benfeitor.

Este quadro serviu a Biden para tranquilizar os democratas receosos de que viesse a ser um presidente demasiado "centrista". E também os que o acusam na perspetiva da direita de apresentar o programa considerado mais radical na história dos Estados Unidos. Radical? Sim, na verdade tanto como Franklin Roosevelt. O primeiro aspeto conseguiu-o, e tanto Bernie Sanders como outros elementos de esquerda de linha dura ficaram satisfeitos. O segundo aspeto, não. E a verdade é que agora as suas posições se encontram mais à esquerda do que quando era vice-presidente de Barack Obama ("Aceprensa", 11.3.2020).

Uma economia diferente

Para melhorar as condições de vida das famílias modestas e da classe média, explicaram os responsáveis pela sua campanha ao jornalista de "Vox", Dylan Matthews, Biden optou por uma estratégia de longo prazo. Juntamente com as medidas de alívio imediato perante a crise do coronavírus, avançou um plano para erguer algo novo e diferente: uma economia mais verde, mais justa, mais atenta às necessidades familiares das pessoas. Daí o nome do seu programa favorito: Build Back Better ("Reconstruir melhor").

O plano propôs quatro grandes frentes de ação. A mais ambiciosa foi o investimento de 2 milhões de milhões de dólares em infraestruturas e energias limpas durante quatro anos. A ideia de Biden foi a de criar emprego enquanto se modernizam estradas, espaços verdes, redes elétricas… Também impulsionar o automóvel elétrico, os transportes públicos sem emissões poluentes ou as habitações sustentáveis. Como meta de fundo, o objetivo de levar os EUA a ser um país neutro em emissões de carbono no ano de 2050.

A segunda frente proposta foi a dos cuidados familiares, para o que previu gastos de 775 000 milhões de dólares em 10 anos. Biden prometeu ensino infantil gratuito para todas as crianças de 3 e 4 anos; deduções fiscais e subsídios para os cuidados infantis; melhor acesso aos serviços de atendimento das pessoas idosas e deficientes…

A terceira frente do plano foi na linha do nacionalismo económico de Trump, com fortes investimentos nas indústrias transformadora e tecnológica: 400 000 milhões de dólares numa década para incentivar a produção de bens *made in America*;

outros 300 000 milhões para investigação e desenvolvimento (I+D)…

A quarta frente integrou uma das novas prioridades dos democratas: a igualdade racial. Foi uma preocupação presente em todo o plano e aproveitando as outras três frentes de luta. Por exemplo, explica Matthews, dos 300 000 milhões previstos para I+D, 30 000 foram pespetivados para ajudar os proprietários negros de pequenas empresas; dos 2 milhões de milhões para energias limpas, 40 % foram destinados para "comunidades desfavorecidas", etc.

Além disso, juntamente com essas quatro prioridades, Biden prometeu subir o salário mínimo federal para 15 dólares por hora; reforçar o papel dos sindicatos; impulsionar a igualdade salarial das mulheres; ampliar a reforma de saúde de Obama com a opção de um seguro público para os que não possam pagar um privado; aprovar uma licença remunerada de 12 semanas por motivos familiares; reduzir a idade de acesso ao programa de atendimento médico dos idosos (Medicare) de 65 para 60 anos; reformar o sistema penal de justiça…

Ganha a classe média

De onde viria o dinheiro? O Centro de Política Fiscal, um *think tank* não partidário, estimou que Biden captaria com impostos 4 milhões de milhões de dólares numa década, mais do dobro do que pretendia captar Hillary Clinton em 2016 (1,4 milhões de milhões em 10 anos).

A carga fiscal recairia sobre os que ganham mais de 400 000 dólares por ano e sobre as empresas, o que significa reverter grande parte da baixa fiscal de Trump, aprovada em finais de 2017. Por exemplo, Biden avançou equiparar a taxa fiscal sobre os ganhos de capital (agora, de 20 %) à do rendimento (37 %) e propôs aumentar a taxa máxima do imposto sobre os rendimentos das empresas de 21 % para 28%.

Segundo a "The Economist" (3.10.2020) os beneficiários diretos do plano de reconstrução de Biden seriam as famílias menos abastadas e as de classe média, que teriam melhorias em termos de educação, salário ou habitação. Mas a capacidade dos democratas para gastar e gerar receitas como avançaram, advertiu o semanário, dependeria da maioria com que ganhassem.

Uma missão moral

O Partido Democrata também quis assumir uma missão moral, condensada no *slogan* "Batalha pela alma da nação". Uma "batalha" porque avançou uma agenda oposta à de Trump. Mas apresentou-a, em sintonia com os meios de comunicação social que lhe são afins, como um plano para unir o país nos valores que supostamente todos celebram.

O "The New York Times" é um exemplo deste enquadramento numa declaração de apoio a Biden (6.10.2020) assinada pelo comité editorial. Segundo o diário, o candidato democrata trouxe uma mensagem unificadora, avalizada pela sua decência pessoal e capaz de acalmar "um país ansioso e esgotado". E em termos que surpreendem pela sua falta de sentido crítico, assegurou que a sua agenda ia "mais além da política ou da ideologia". Se chegasse à Casa Branca, Biden "procuraria sanar as divisões e reunir o país em torno de valores partilhados".

Não o viram assim os oponentes de Biden. "Na América de Joe Biden", defendeu Nathan Blake en "The Federalist" (2.9.2020), "os contribuintes iriam financiar o aborto a pedido até ao nascimento; (…) seria permitida a entrada dos homens em todos os desportos, nos albergues de acolhimento e vestiários de mulheres; (…) os professores da escola pública iriam encorajar os estudantes com problemas de identidade de género a fazer a transição acima das objeções dos pais (no caso dos pais serem informados); (…) os objetores de consciência por motivos religiosos, incluindo as freiras, seriam objeto de assédio implacável do governo".

Com efeito, o programa eleitoral do Partido Democrata – mais amplo do que o plano Build Back Better – prometeu nomear juízes do Supremo Tribunal que protejam a sentença Roe vs. Wade; aumentar o financiamento público do aborto; opor-se ao cheque escolar para as escolas privadas e a qualquer medida que "desvie recursos do sistema escolar público"; garantir aos estudantes transexuais o acesso às instalações segundo o seu género sentido; restaurar as políticas favoráveis ao grupo LGTB da era Obama e impulsionar outras novas; revogar as isenções aos empregadores, fornecedores médicos ou organizações de beneficência que se oponham por motivos de consciência a proporcionar determinados serviços, etc.

Proteger todos

Para sanar as divisões tão-pouco ajudaria a política identitária, muito presente no programa democrata. Sobretudo, se os que se sentem fora da distribuição do bolo são os mesmos que já se sentiram assim durante a presidência de Obama. Como advertiu Mark Lilla, um elemento de esquerda crítico da viragem identitária do Partido Democrata, dificilmente pode haver unidade no país se a tónica geral for proteger melhor certos grupos sociais do que outros. E recordou que, na visão de Roosevelt, o primordial era garantir "os mesmos direitos e a mesma proteção social para todos" ("Aceprensa", 8.9.2017).

Mesmo num assunto muito sensível para os evangélicos e os católicos, os democratas não conseguiram evitar contradições: enquanto num parágrafo do programa declaram o apoio do partido à liberdade religiosa, no seguinte anunciam a eliminação das isenções por motivos de consciência aprovadas pela Administração Trump, e num terceiro expõem a sua preocupação pela discriminação que sofrem os muçulmanos no país. Não seria melhor comprometer-se a proteger a liberdade religiosa e de consciência de todos, com isenções para crentes de qualquer confissão e não crentes?

Dá a impressão de que o Partido Democrata mudou pouco desde que perdeu as eleições presidenciais em 2016. E é isto precisamente o receado pelos norte-americanos votantes de Trump.

J. M.

Trump: opositor da esquerda woke

O republicano Donald Trump apresentou-se ao eleitorado como um guerreiro ao serviço dos seus: "Lutando por ti!" e "Promessas cumpridas".

Além de vitórias, o republicano conseguiu trazer aos eleitores que são conservadores, reconhecimento e poder. Mas o preço a pagar por este casamento de conveniência poderia vir a ser elevado.

Em 2016, Donald Trump chegou à Casa Branca com a promessa de "tornar os Estados Unidos grandes de novo". Na altura, pôs o acento tónico no nacionalismo económico, embora não renunciasse à batalha cultural. Agora, quando os defensores da ideologia *woke* clamam por desforra, o líder republicano prometeu aos seus votantes salvaguardar o seu estilo de vida.

O Partido Republicano apresentou a estas eleições o programa de 2016. Não quis fazer um novo, alegando que os poucos delegados reunidos na Convenção de agosto passado, por causa da pandemia, não deviam decidir pelos restantes. Na resolução que explicava a decisão, aprovada a 22 de agosto, o Comité Nacional Republicano reiterou a adesão do partido à agenda America First.

No dia seguinte, Trump – que defendia atualizar o programa – tornou pública na *web* da sua campanha uma lista de prioridades para o seu segundo mandato. Sob o *slogan* "Lutando por ti!", o brevíssimo texto combinou promessas concretas – uma vacina contra o coronavírus nos finais de 2020 – com outras de um caráter vago e de um tom tipicamente populistas – "acabar com o assédio dos burocratas aos cidadãos e às pequenas empresas".

Na agenda America First, Trump prometeu trazer da China um milhão de empregos do setor da indústria transformadora; deduções fiscais para os fabricantes de produtos *made in America*; mão dura para com a imigração ilegal; continuar a retirar os EUA de conflitos bélicos e trazer para casa as tropas norte-americanas; exigir aos países aliados que aumentem as despesas militares, etc. Outras prioridades foram: uma nova baixa de impostos; mais agentes da polícia contra o vandalismo; "construir o maior sistema de infraestruturas do mundo"; reduzir os preços dos medicamentos com receita e outras medidas para diminuir a fatura no setor da saúde dos norte-americanos, etc.

Vitórias políticas

Trump não pretendeu surpreender os seus votantes. Mais, ofereceu-lhes a mesma abordagem de sempre: vocês votam em mim e eu luto por vocês em Washington. Se, em 2016, existia a dúvida de ir ou não cumprir as promessas que havia feito ao eleitorado conservador – um dos pilares do Partido Republicano –, agora desfizeram-se. Isto fez-lhe ganhar pontos, mesmo entre os *Never Trumpers*, como são conhecidos os republicanos e conservadores que, em 2016, se opuseram a Trump. O comentarista político Nathan Blake era um deles, mas agora votou em Trump. Embora não goste nem esteja de acordo com tudo o que diz e faz, aprecia que tenha dado a cara naqueles assuntos que mais lhe interessam ("The Federalist", 2.9.2020).

Entre as vitórias que Trump proporcionou aos chamados "votantes de valores" ou "conservadores cristãos" há muitas medidas favoráveis ao direito à vida do não nascido; numerosas garantias à objeção de consciência e à liberdade religiosa; nomeação de juízes conservadores; liberdade de ensino… Temas que voltaram a aparecer na sua lista de prioridades para um segundo mandato.

Se Trump não entusiasma todos os que votam nele, pelo menos é preferido à sua alternativa. Danielle Pletka, investigadora sénior no American Enterprise Institute, era outra *Never Trumper*. Mas agora teve mais receio da censura da esquerda identitária. "Apesar dos seus defeitos, Donald Trump poderia ser tudo o que se interpõe entre a nossa imperfeita democracia e a tirania da esquerda *woke*" ("The Washington Post", 14.9.2020).

O inimigo que merecem

Juntamente com vitórias concretas, num nível mais íntimo, Trump trouxe aos conservadores respeito e reconhecimento. Para aqueles que se sentem negligenciados pela cultura dominante, ele diz-lhes que os seus valores e o seu estilo de vida são legítimos. Ralph Hancock, professor de Ciências Políticas na Brigham Young University, resumiu este sentir: "A nossa cultura favorável ao *woke* deixa claro que as pessoas como eu, as pessoas que não partilham a visão progressista da vida e da sociedade, simplesmente não contam. (…) E quando se reconhece a nossa existência, é somente como objeto de piadas ou de chacota" ("Public Discourse", 1.10.2020).

Desse estado de ânimo falou também em "Vox" (26.11.2020), Ezra Klein, de tendência de esquerda. O Partido Republicano – observa – controlou até agora a Casa Branca, o Senado, o Supremo Tribunal e um pouco mais de metade dos estados. No entanto, os conservadores sentem estar a perder a batalha cultural e que lhes falta dureza para resistir a um laicismo agressivo.

Neste contexto, Trump oferece proteção e poder. Apesar das objeções que lhe colocam parte dos seus votantes, veem-no como "um lutador de rua preparado para uma era de combate político. Os conservadores cristãos acreditam, com razão ou sem ela, que o seu sentido da retidão, a sua correção e a sua gentileza os travou [nas guerras culturais], com resultados desastrosos. Mas Trump atua sem restrições. É o inimigo que, na sua opinião, merecem os laicistas".

Além disso, os conservadores estão convencidos de que os progressistas vão usar qualquer meio ao seu alcance para conseguir o seu objetivo de transformar a cultura e a sociedade. Eles, pelo contrário, consideram-se a si mesmos como mais escrupulosos e relutantes em pensar que os fins não justificam os meios.

Os fins e os meios

Klein não pretende entrar na polémica. Simplesmente quer descrever a mentalidade que, na sua opinião, está por detrás do apoio a Trump por parte de um setor dos seus votantes. Mas cita de passagem um contra-exemplo que questiona a pureza dos meios republicanos: a batalha pela vaga do Supremo Tribunal que deixou o juiz Antonin Scalia en 2016. Cabia a Obama propor um candidato, mas os republicanos – com maioria no Senado – negaram-se a abrir o processo de confirmação, alegando que era um ano eleitoral, justamente o que fizeram agora.

Ao exemplo de Ezra Klein podem-se acrescentar outros: o assassínio do general iraniano Qasem Soleimani, apresentado pela Administração Trump como "uma ação defensiva"; a utilização de insultos e desqualificações como estratégia política, com a consequente deterioração da paz social e do debate público; as pressões ao presidente da Ucrânia para que investigasse Joe Biden e o seu filho (o Senado, de maioria republicana, absolveu Trump das acusações de abuso de poder e obstrução no *impeachment*)…

Embora não tenham faltado vozes críticas entre os conservadores, em geral, a tendência foi fazer vista grossa por medo da vingança da oposição. Qual o mal em aceitar o poder que Trump oferece, se servir para salvaguardar certas liberdades básicas? E se Trump causa divisões, não acontece o mesmo com os democratas?

Alan Noble, professor da Oklahoma Baptist University, compreende o receio. Certamente, a perda da Casa Branca e do Congresso levaria a importantes retrocessos na proteção do direito à vida do não nascido e da liberdade religiosa e de consciência. Contudo, pensa que o movimento conservador necessita de afastar-se da estratégia de submeter a verdade ao poder. Caso contrário, ficará sem nada para oferecer.

Efetivamente, explica em "Public Discourse" (28.9.2020), se há uma ideia central no conservadorismo, é a convicção de que existe uma lei natural para a qual todos – sejam de esquerda ou de direita – podem olhar de modo a descobrir uma verdade sobre o homem. Mas se já não importa a busca dessas várias verdades e os cidadãos deixam de ser consciência do poder, então a vida social e política ver-se-á reduzida a uma luta de identidades.

J. M.